

Descontinuidade, pendularidade e conservadorismo: esboço de um discurso político sem refacção

I

A ciência política (ou a sociologia política, sendo para o caso irrelevante a questão), vista por quem como eu a frequentou há tanto tempo que já perdeu o sentido dos códigos interpretativos, parece uma realidade dotada de eficácia simplificadora. De facto, o desaparecimento dos enquadramentos e a minha falta de contacto com a evolução dos cânones como que provocam uma rarefacção de sinais que purifica o ar.

Da rarefacção dos sinais e da falta de refacção inevitável pela inexistência de lentes metodológicas não nasce por certo a luz. Nem resulta uma capacidade de conhecimento supra-sensorial. Mas, se e na medida em que preexistia luz, sem dúvida que a percepção das coisas pode ser mais nítida, mais «lúcida». É, afinal, disso que se está a falar quando se realça a pureza desconcertante do olhar infantil ou, noutro registo, se alude à dificuldade para quem vê as árvores de enquadrar a floresta.

Tudo se torna simples, pelo menos, quando é essa a única solução para manter um projecto de entendimento estruturado sobre o a-conhecimento. O que tem, talvez perversamente, de interesse esta perspectiva é que pode ser que realmente as coisas sejam simples e não apenas simplificadas. E, se assim for (ou na medida em que assim seja), a abordagem simplificadora pode ser analiticamente útil. Por isso se justificará eventualmente a ousadia

* Advogado.

do discurso, que reside nessa premissa de compreensão, arvorada em tese, discutível e a discutir: a apreciação da realidade portuguesa, nestes tempos, pode ser feita com elevada simplicidade e com singeleza instrumental, como se para ver bastasse apenas olhar com atenção.

Não se desconhece que esta abordagem é mais típica do paradigma do discurso amoroso do que de um projecto discursivo na área das ciências humanas. Mas talvez nisso possa residir a sua hipotética utilidade, na medida em que o que se poderia denominar como método empático ou processo afectivo suscitará uma diferente «revelação» do mesmo negativo.

Pode ser que assim não possa ou deva ser. Mas assim vai ter de ser neste caso.

II

Creio que uma característica essencial da evolução portuguesa é definível pela ideia de que ela é feita sempre de forma descontínua, como movimentos pendulares de arcaísmo e modernidade, com a transformação mais ou menos rápida dos catalisadores dos processos de mudança em cimentos da rigidificação sistémica. Descontinuidade, pendularidade e conservadorismo são os termos que me parecem adequados para definir a tendência. E dessincronia entre regime e sistema políticos o conceito unificador que se pede emprestado à ciência para que exista, apesar de tudo, uma forma de comunicação entendível.

Descontinuidade, em primeiro lugar. Não existe no processo histórico português uma relação custo/benefício favorável aos reformadores, aos que se esforçam por ir adaptando ao fluir da realidade as categorias do entendimento e os modelos de organização. Os «centristas» só recebem gratificação se mascarados de um projecto corrector e desradicalizante, de compensação para uma anterior ruptura excessiva, ou de aceleração histórica para um período de exagerada estagnação resistente à mudança que a realidade social imporia.

Aparentemente, numa visão feita à superfície das coisas, os «centristas» ganham sempre, pois processa-se neles a tendência para o equilíbrio que qualquer sistema social tem ínsito. Ou, ainda mais evidente, ganham sempre os «centristas» de qualquer projecto político-social. Naquele sentido, Mário Soares e Cavaco Silva definem o conteúdo histórico da prática política dominante em Portugal no último quarto de século, um a «direita» da esquerda e o outro a «esquerda» da direita. No outro sentido, Salazar, Cunhal, Marcelo Caetano, Costa Gomes ou Ramalho Eanes eram, no seu grupo de acção, os «centristas».

Só que esta vitória («morte, onde está a tua vitória»?) não é mais do que a tragédia do projecto reformista. Longe de gerar as estruturas culturais propícias à criação de continuidades, funcionam objectivamente como facto-

res genéticos de descontinuidade, precisamente na medida em que as expectativas e os programas subliminares que os conduzem ao poder são incompatíveis com a sua estruturação com uma consistência *a se*.

O «centrista» é aceite, mais do que desejado. Assim, logo que se estabiliza o seu domínio, ou até em regra antes disso, o equívoco genético — de todos os equívocos o mais difícil de resolver, pela impossibilidade de reconstruir um momento primacial — se realçará em todo o seu esplendor. Ao «moderado», que fora chamado pela sabedoria manhosa dos povos velhos e instalados nos seus arcaísmos, passa a ser exigido que concretize o projecto pendular de reequilíbrio de que fora afinal instrumento. Isso puxa-o para uma posição mais radical — sacrificando o «centrismo» — ou provoca um corte com os seus apoiantes —, radicalizando-os e isolando-o de tal forma que se torna vulnerável e dependente dos seus anteriores adversários.

Por isso o processo se tem de fazer de forma descontínua. O reformismo é mais uma reacção à tendência radicalizante e para a ruptura do que um cânone em relação ao qual se afira a adequação do comportamento sistémico. O reformismo não tem, pois, direito de cidade em si mesmo, não se conseguindo criar uma verdadeira «cultura política», que não seja pela inevitabilidade de sacrificar no altar do pragmatismo, das limitações da política enquanto subsistema e da governabilidade das instituições. Em vez de uma «cultura política» coesa na sua diversidade e multipolaridade, temos uma «caldeirada política», em que todos os sabores estão presentes, todos eles no entanto anulados na sua especificidade.

O reformismo é, pois, um lugar geométrico donde se toma balanço para conquistar o poder ou um território onde se assentam arraiais ao chegar ao poder, mas não é uma ideologia, uma estratégia e nem sequer uma prática política coerente. A inexistência de um pensamento político reformista acrescenta, dir-se-ia que inevitavelmente e por um processo de interacção com a realidade, a tensão que nasce da falta de limites e de regras: não se sabendo até onde se pode ir, como se pode ir e para que se vai, a sensação que resta é de insegurança, de arritmia, de assincronia, numa palavra, o processo político não pode deixar de ser errático.

A descontinuidade, portanto. Uma evolução que se faz por microrrupturas. Um tecido político-social que não aproveita as estruturas e as ligações — nem a nível de estratégia nacional, nem a nível de pessoal político, nem a nível de rotinas e arcanos — e por isso tem de se reinventar vezes sem conta, numa espécie de gratificação histórica e, por isso, insatisfeita por natureza.

A descontinuidade é, assim, uma instabilidade ou uma indeterminação com um grau excessivo. Mas a falta de um modelo organizativo não significa que a realidade se «organize» de forma anárquica, mas tão-somente que a organização da realidade se faz de acordo com tendências pré-rationais e

com impulsos naturais: a cultura é, neste sentido, a superação da natureza pela intervenção do homem. A falta de uma cultura política que resulta e, ao mesmo tempo, provoca a descontinuidade faz com que funcione como regime sucedâneo uma espécie de «Estado de natureza». E nisso me parece surgir a segunda nota caracterizadora a que de início fiz referência: a pendularidade.

III

A pendularidade política — a que impropriamente se chama também alternância — não é um equilíbrio nem uma simetria. Quero com isto dizer que a pendularidade não é um sistema a funcionar, que no movimento contínuo e regular de um ponto ao seu oposto processa a dinâmica estável e previsível que é o pressuposto da fiabilidade do relógio. Se assim fosse, o conceito de pendularidade estaria em confronto polémico com o anterior conceito de descontinuidade. O pêndulo a funcionar é um exemplo de escola da continuidade e do ritmo, que é outra definição de equilíbrio.

Quando falo de pendularidade, quero definir, pelo contrário, uma estrutura que nasce da descontinuidade e a acentua e que é caracterizada por, tendendo embora para um equilíbrio (e disso se falará quando for a altura de abordar a terceira peça do tríptico explicativo), se «mostrar» como uma impossibilidade desse mesmo equilíbrio.

A pendularidade é, neste sentido, a passagem sem solução de continuidade de um ponto ao outro, separados que estão por um tempo e um espaço psico-sociológicos muito vastos. A sociedade portuguesa revela-se em todo o seu esplendor no anedótico acontecimento de Marcelo Caetano a ser aplaudido com frenesim no Estádio José de Alvalade poucos dias antes de muitos dos que o aplaudiam se virarem, no 1.º de Maio, para Cunhal e Soares. Ou nos congressistas do PSD que em Março de 1999 davam dois terços de apoio a uma estratégia de aliança com o Partido Popular e em fins de Abril uma votação esmagadora a uma estratégia oposta.

Do que se trata não é de falta de informação política ou de incoerência, mas de uma trágica e inafastável consequência da descontinuidade. Como se a pouca sustentação de qualquer posição ou proposta a fizesse estar sempre amarrada e em tensão e, ao soltar-se, um puro efeito de elasticidade tudo levasse para o lado oposto.

Os Portugueses, na essencialidade do seu carácter nacional, depositam uma confiança excessiva — pois não temperada pela memória — no que se lhes propõe. Preocupados com o radicalismo que define a sua alma, pedem depois a um «moderado» a tarefa de contrariar o radicalismo que, afinal, criaram ou, pelo menos, facilitaram e catalisaram. Mas, de seguida, largam

pelo caminho o «moderado» (como se pode ver com o general Eanes — ou Marcelo Caetano antes dele —, «moderado» entre os moderados do regime, mas que não levou o projecto até onde se lhe pedia que o levasse e acabou no buraco que se abriu sob os seus pés) e partem para a solução oposta que desejam ou não conseguem evitar, precisamente pelo efeito do movimento pendular que se gerou.

Não é, assim, de uma alternância que se trata. Se o fosse, então estar-se-ia perante mudanças dentro de um consenso político-cultural, em que as alterações eram simultaneamente claras e pouco profundas. Claras, porque entre o projecto político substituído e o mantido se poderiam notar as diferenças em sede de intenção e de prática. Pouco profundas, porque não capazes de alterar o cerne coesivo do consenso nacional.

No nosso caso, com uma lógica paradoxal como são sempre as de descontinuidade, as mudanças são, pelo contrário, confusas e muito profundas. Ou, talvez, muito profundas e confusas, pois essa é verdadeiramente a sequência. Muito profundas, porque processam uma ruptura pelo menos encenada e desse modo conformadora de uma ideologia. Confusas, porque cedo se verá que não é claro que algo tenha realmente mudado para além de tudo o que — se não mudasse — permitiria uma continuidade que trouxesse o movimento pendular mais para o centro, para um equilíbrio com uma dinâmica própria e auto-sustentada.

A pendularidade é um processo de destruição de memória, de experiência, de rotinas, de arcanos, como se os povos e as suas organizações pudessem estar sempre a nascer de novo. Como se, por outras palavras ou noutro registo, da evolução das sociedades humanas se pudesse dizer — e fosse sistematicamente adequado que se pudesse fazê-lo com rigor — que «le premier amour est toujours le dernier». A pendularidade é, assim, um processo de perda de energia, e não de criação de energia, com os conhecidos inconvenientes de «arrefecimento», a que voltaremos adiante.

Uma pendularidade que também é «maldita», porque destruidora de valor acrescentado social. E uma pendularidade, e nisso um factor essencial para a sua compreensão, entre uma pulsão modernizante e outra arcaizante. A realidade portuguesa tem sido ao longo dos tempos definível deste modo: em regra, por influência de dissidentes dos grupos dominantes, suscita-se um processo cultural propício à mudança. O magma arcaico de que nunca nos libertámos, o factor de descontinuidade, a tendência para a ruptura, tudo se acumula no sentido de as forças de modernidade não agirem (porque não querem, porque não podem ou porque não sabem) como fermento de continuidade de mudança, ou «progresso».

Por tudo isso, vai-se acumulando uma tensão, uma espécie de energia em circuito fechado, que um dia rebenta como pode e, então, provoca um salto

em frente em direcção a um (hipotético, mas seguramente sonhado) mundo melhor, panglossianamente hipostasiado. Mas a ruptura, quanto mais não seja pelo excesso de energia, pela falta de continuidade e pela ilusão radical, leva ao paroxismo o que melhor fora que pudesse ser «apenas» um movimento de correcção.

O efeito é, mais cedo ou mais tarde, óbvio. O «excesso» de modernidade provoca uma reacção no subterrâneo tecido arcaico que é afinal o da realidade portuguesa e que está, no fundo, bem impresso na alma dos «irmãos inimigos». Por isso se pode perceber bem, à distância de quarenta anos, que entre salazarismo e neo-realismo a estrutura cultural de base era muito mais comum do que qualquer dos dois blocos toleraria ouvir dizer. Seja assim ou não, o facto é que o sucesso do projecto modernizante é também o seu fracasso, porque uma reacção arcaizante muito intensa se gera automaticamente, acentuada pelo irrealismo ou arrogância dos «modernizadores», o que leva o pêndulo para o lado oposto, para que de novo o processo se reinicie.

Modernidade/arcaísmo, enquanto paradigma definidor da pendularidade e explicativo da descontinuidade, não deve ser entendido como apelo à conceptologia da vulgata marxista ou de qualquer outro modelo «progressista» de compreensão das sociedades dos homens. Do que se trata, nesta dicotomia, é de algo muito mais simples e primitivo, mas por isso também muito mais relevante e constante. Em qualquer situação concreta existem forças, grupos sociais, categorias de entendimento ou valores que se «sentem bem» e outros que querem alterar a realidade. Arcaizantes são os que querem perpetuar um *status quo* e modernizantes os que o pretendem alterar.

Já se sabe que a alteração de uma dada situação pode ser feita para a frente ou para trás. Tenho para mim que algum sentido tem a história e, assim, também sacrifico algum incenso aos deuses do progresso. Mas, para dar um exemplo que será, sem dúvida, mais imediatamente perceptível do que digressões teóricas, quando o candidato socialista em 1985, Almeida Santos, defendia o monopólio da televisão pública em nome de uma concepção «progressista», à moda dos anos 70, de retirar dos grupos económicos o controle da comunicação social, ele era o arcaizante, e não o seu adversário — Cavaco Silva —, que defendia o pluralismo televisivo... e que acabou vítima dele de um modo que não seria tão evidente se tivesse seguido a opção do seu adversário.

Cavaco Silva foi um modernizador na luta contra o Estado «reumático», herdado das rupturas revolucionárias, como, à sua maneira, Mário Soares já o fora ao encabeçar a luta contra o «gonçalvismo». Mas qualquer deles suscitou as reacções arcaizantes dos interesses afectados, ao mesmo tempo que — por um estranho processo de que se falará um pouco mais à frente — se transformaram, muito depressa e imperceptivelmente, em factores arcaizantes.

Esta dinâmica — reacção arcaizante/adaptação à reacção arcaizante — tem uma racionalidade que parece evidente. Se a base de apoio se desloca e se o equívoco se instala, o agente activo do processo de adaptação, pessoa ou grupo social, só tem como alternativa o instinto de sobrevivência ou a arrogância da autoconvicção de que o instrumento é o Deus *ex machina* e não apenas o epifenómeno conjuntural. Seja qual for a opção, o resultado é óbvio e incontornável: o movimento pode ser pilotado, ou não; mas o movimento só obedece à sua própria lógica. O que nos transporta para o terceiro e último tema desta reflexão a-científica, que tem a ver com a pulsão conservadora.

IV

A descontinuidade e a pendularidade, já se disse, não favorecem a criação de uma situação de equilíbrio homeostático. Mas, também, o equilíbrio é a tendência natural, quase se diria inevitável, de qualquer processo de perturbação. Que equilíbrio, essa é a questão, sem dúvida, pois só um nominalista primário se contentaria com a constatação do óbvio.

A minha tese é que, em Portugal, a lógica do sistema político tem sido no sentido de potenciar uma pulsão conservadora e readaptadora e que, por isso, o equilíbrio natural se faz num lugar e de um modo que não são optimizadores das potencialidades sistémicas, deste modo se perdendo oportunidades históricas de acentuar o grau de auto-satisfação social e de concretização de valor acrescentado. E que esta pulsão conservadora que triunfa é a consequência, natural pelo menos, inevitável provavelmente, da circunstância de o sistema político se concretizar como regime político de um modo descontinuo e com um ritmo pendular arritmico.

Portugal mexe-se, sem dúvida, como diria um Galileo Galilei do século xx. Mas o seu movimento caracteriza-se muito mais pela adaptação para trás do que pelo esforço para a frente. O esforço modernizante só tem resultado em Portugal através de uma ruptura voluntarista, que vai mais longe, mais depressa e mais violentamente do que seria razoável e necessário. Todo o tempo histórico — em que a duração é ela mesma uma categoria do entendimento — se torna por isso um tempo às arrecuas. Num instante o (nosso) mundo dá um salto («como bola colorida») e, depois, são tempos infinitos de correcção do movimento excessivo.

Geração atrás de geração foi sempre assim, e nisso se estruturou uma segunda natureza dos Portugueses: a vivência do tempo é muito mais feita no processo de (re)adaptação do que no processo de mutação e, ainda mais, do que no processo de evolução reformista. A memória histórica acaba, pois, por ser habitada pela convicção de que a cultura é a adaptação aos excessos «naturais», de que o processo histórico é a luta entre os que querem manter

um adquirido e os que o querem destruir, em vez de ser a luta entre os que beneficiam do adquirido e os que o querem superar. Uma das grandes tragédias da esquerda portuguesa é que — de uma forma ou de outra — desde 1975 que vive a tentar aguentar o que um bambúrrio da sorte lhe outorgou, em vez de ser o agente de mudança que pressupõe a convicção profunda — que sobretudo têm os «danados da terra» — de que nada há a perder.

De novo um exemplo é útil para a compreensão. Os comunistas usaram todo o seu poder (e em grande parte gastaram-no) a lutar contra a pequena (mas na conjuntura enorme, tal como o primeiro passo de um homem na Lua) reforma que ficou nos compêndios como lei Barreto. Quando sossobram, passaram a aplicar a mesma energia (mas, evidentemente, não a mesma convicção) na luta a favor da lei Barreto, contra as modificações descaracterizadoras que outro Barreto (Álvaro) realizou a esta lei.

Se a pulsão conservadora não fosse tão forte e se não estivesse tão estruturada sobre a memória cultural da descontinuidade e da pendularidade, os comunistas portugueses seriam reformistas e teriam lutado — com uma sensatez serena — por fortalecer a proposta moderada que era a lei Barreto, embora correspondesse, afinal (mais um exemplo), a uma utilização de um «moderado» para a ruptura pendular. Se o tivessem feito, teriam talvez conseguido iniciar, quando ainda era possível, uma reforma da terra alentejana que teria talvez condições de sobreviver. Não o tendo feito, o movimento pendular se encarregou de trazer tudo de novo para onde — ontologicamente — já estivera, tudo se perdendo em sede de oportunidade e de projecto.

Mas não é só por isto que a descontinuidade e a pendularidade favorecem uma reacção conservadora. Para além disso, funciona na mesma direcção a pressão forte de um magma arcaico que se não muda sem que mude a cultura política. E ela não muda enquanto a ruptura for o modelo da mudança. E joga, com toda a sua brutalidade, a natural tendência dos poderes para o pragmatismo que a falta de referências axiológicas e ideológicas potencia. Todo e qualquer revolucionário se transforma com enorme facilidade num conservador, pois na conservação do que geneticamente surgiu de uma revolução se encontra o alibi para todos os compromissos, e não para todos os equilíbrios, como seria preferível.

O que me parece mais fácil de compreender do que se julgaria de forma apressada. A falta de condições para as continuidades históricas condena a energia reformista a estiolar. Mas, ao mesmo tempo, suscita as condições para os exageros monocromáticos, que são sempre a consequência da constatação da impossibilidade da mudança. O exagero auto-sustenta-se através da criação de um mundo virtual, que se depura pelo processo clássico do crescente isolamento e acentuação da virtualidade, que têm nas campanhas eleitorais actuais do MRPP um pungente e trágico-cómico exemplo. O refluxo inevitável, pelo já mencionado efeito elástico, tenta ser contrariado pela

táctica militar de defender cada baluarte até à sua queda, para depois recuar para o baluarte seguinte, e assim sucessivamente.

Toda a história pessoal dos actores políticos da mudança — e nisso se fala de grupos sociais e de pessoas individuais e se quer aplicar a hipótese a todas as mudanças, «progressistas» ou «reaccionárias» — é, pois, a da alternância, em regra em ciclo longo, entre tempos de frustração e desânimo por algo que se sonhou e que nunca mais chega e tempos de resistência para tentar assegurar que sobreviva o que, paradoxalmente, chega, em regra, fora do tempo. Frustração e desânimo/resistência e barricada, esse o «tandem» que nos resta como povo.

Mas o que a dicotomia parece ter de mais relevante é que tem menos de dicotómico do que equivalente. No fundo, é de «esperar por D. Sebastião» que se trata. Dinâmica histórica, criatividade de soluções, adaptabilidade, construção de saídas, crença no «progresso», efeito travão/acelerador, nada disso faz parte do nosso vocabulário político. É que as forças de modernidade ou vivem em depressão ou vivem em conservação. São sempre, por isso, os conservadores que nos governam; ou melhor, é sempre o que de conservador existe em cada um de nós que está ao leme, ainda que em curtos momentos eufóricos (mas que há de mais simbólico do depressivo do que as euforias pontuais?), como aquele que Portugal vem vivendo, pareça que estamos curados.

V

E talvez agora se comece a perceber melhor por que julgo ser possível concluir que Portugal é um interessante exemplo do grau a que pode chegar a dessincronia entre sistema político e regime político, como se uma espécie de esquizofrenia mansa nos ocupasse a alma.

É que de dessincronia permanente se pode e deve realmente falar. Em cada tempo em que se divide o tempo histórico-social existe uma de duas alternativas: ou o «sistema» (entendido, resumidamente, como o conjunto das estruturas, das regras e dos valores concretizados nas e através das instituições, de modo tendencialmente formal ou jurídico) está atrasado em relação à concreta conformação da realidade social (a que chamarei «regime»), ou, pelo contrário, está para além do que a realidade social comporta ou deseja.

Dir-se-á que a afirmação que se acaba de fazer é de tal modo evidente e generalizada, quer numa análise sincrónica, quer numa de tipo diacrónico, que é apenas um truismo. Ainda que assim fosse, sempre valeria a pena levar a reflexão um pouco mais longe, embora se reconheça que então não para procurar especificidades mas para registar coincidências. Só que não é realmente assim e por três diferentes ordens de razão: tal como a interpreto, (i) a afirmação não é truística, (ii) as características da dessincronia tornam-na

atípica e, em todo o caso, (iii) os efeitos dela são especialmente relevantes para a sanidade do sistema político, devido ao intenso efeito de anomia que produz.

A afirmação não é, realmente, truística porque do que se trata, em minha opinião, não é da normal tensão entre vida e norma, ou da inevitável distinção entre a evolução constante da realidade social perante a evolução jurídica da realidade institucional, aquela feita pelos movimentos permanentes dos tecidos sociais e esta pela acção consciente e reguladora das instâncias criadoras de normatividade. É mais do que isso, pois — como julgo ter explicado — do que se trata é de ter o subsistema de produção normativa a funcionar sem referência à realidade social, porque de forma iluminista quer criar a realidade ou porque de forma conservadora pretende pela norma evitar a vitalidade da sociedade.

A dessincronia é atípica, em segundo lugar. Precisamente porque se estrutura como um projecto pré-consciente ou metacultural, em que uma racionalidade diferente enquadra o que poderia ser uma inevitabilidade. Não é, entre nós, a diferença rítmica entre a vida e a norma, mas uma «normatização» que recusa o papel da vida. Há um pecado de «voluntarismo» na sociedade portuguesa, como se fosse possível condicionar o incondicionável, gerir o ingerível, controlar o incontrolável. O que está em causa é um projecto de criar pela norma uma outra vida, como se a natureza fosse moldável sem limite.

Os efeitos da dessincronia são relevantes e perigosos para o sistema político. Porque a racionalidade outra é um fermento de anomia, na medida em que na recusa da vida em nome de uma norma está, em regra, implícito o desrespeito da normatividade. O que talvez precise de ser melhor explicado.

Os detentores do poder, ao imporem uma norma dessincronizada da vida — de forma voluntarista ou conservadora — «forçam» a sociedade civil a ter de respeitar uma estrutura de organização que manifestamente ela não quer e provavelmente não pode respeitar, em certos casos não sabendo mesmo como fazê-lo se o quisesse. A menos que existam meios repressivos (policiais ou culturais), a consequência é a instalação de uma atmosfera miasmática, em que as normas são regular ou permanentemente desrespeitadas e o poder, confrontado com o dilema de impor o seu cumprimento pela força ou aceitar o desrespeito, optará normalmente por fechar os olhos sempre que não seja muito visível.

Os exemplos em Portugal são muito abundantes: veja-se a criminalização do adultério até aos anos 70, a penalização do aborto (com o «picante» de no último referendo os defensores da penalização afirmarem que não havia problema porque ninguém seria condenado apesar da lei), o artigo 273.º, n.º 4, da Constituição na sua versão inicial e que durou até aos anos 80 (impondo aos governos serem fiéis ao programa constitucional de transição para o socialis-

mo), a aceitação com naturalidade pelo Estado de certa evasão fiscal (os almoços, as viagens, os carros, por exemplo).

Mas, como a norma está lá, a consequência é o comportamento errático do Estado, que tolera ou pune com base em puros «critérios» de acaso, oportunidade, vingança, chantagem ou necessidade pontual de fundos, quando não de simples notoriedade causada pela divulgação pelos meios de comunicação social, tantas vezes tornados agentes do princípio da oportunidade da acção penal ou fiscal.

Por outro lado, e não menos grave, há o efeito de destruição da capacidade reformista na sociedade portuguesa. O contrato social prático baseia-se em normas rigorosas e no seu desrespeito. Nem o poder estatal nem os poderes sociais agradecem aos que pretendem aumentar o grau de sanidade do sistema, mudando as normas na direcção do menor voluntarismo ou do menor conservadorismo. A tragédia dos reformistas tem aí um caso de escola, pois os poderosos vivem muito bem nos modelos anómicos de organização social — como as mafias bem sabem — e os não poderosos julgam que vivem bem porque podem praticar os pequenos pecados em que pensam estruturar-se a sua liberdade e em que, realmente, não se baseia outra coisa que não seja a sua dependência ou alienação.

Este o caldo de cultura de dessincronia, que em si mesma não tem solução que não seja através de um efeito externo que provoque na sociedade portuguesa o efeito que o hipotético choque de um cometa ou de um asteróide pode ter provocado na sobrevivência dos dinossauros. Tema porventura interessante, mas que extravasa do projecto deste texto.